



AGROECOLOGIA, MULHERES E OS SISTEMAS DE OPRESSÕES NA AMÉRICA LATINA

Anna Carolina Santana da Silva¹

Aida Victoria Garcia Montrone²

Bárbara Cristina Frassetto Cangiani³

Resumo

As mulheres que constroem a agroecologia enquanto prática, ciência e movimento historicamente têm potencializado revisões e reformulações que buscam contemplar mais pautas jogando luz em lacunas teóricas. São diversos os conceitos que têm sido desenvolvidos para a compreensão das especificidades das mulheres e suas diferentes realidades na América Latina. Esses questionamentos abordam questões ecológicas, produtivas, sociais, e as diferentes opressões que as mulheres sofrem. Para alguns autores e autoras há conceitos que se interlaçam e estruturam a sociedade que vivemos, como racismo, capitalismo e patriarcado. Outros como o antropocentrismo são desdobramentos da lógica destrutiva da racionalidade ocidental. Assim, o objetivo deste ensaio é colaborar com reflexões sobre as opressões das mulheres rurais latino-americanas e a relação com exploração da natureza. Para isso faremos um breve desenvolvimento do patriarcado, capitalismo, antropocentrismo e racismo e relacionaremos com o campo agroecológico para compreender diferenças e limites.

Palavras-chave: agroecologia; feminismos; mulheres rurais

Introdução

Cientistas ecofeministas que relacionam pautas ecológicas e feministas como Vandana Shiva e Bina Agarwal alegam que as práticas agroecológicas são mais antigas que o invento da palavra. Historicamente o campo agroecológico multidisciplinar e sistêmico construído tem presenciado as mulheres protagonizando diversos enfrentamentos como novas incorporações conceituais (PULEO,2020).

¹ Universidade Federal de São Carlos.

² Universidade Federal de São Carlos.

³ Universidade Federal de São Carlos.

Na perspectiva ecofeminista, combinar sustentabilidade com ampliação do poder das mulheres não implica somente programas destinados às mulheres dos países empobrecidos, mas também em apoiar iniciativas ecológicas das mulheres de todo o mundo. São exemplos a criação de redes solidárias de produção, distribuição e consumo, o fomento à participação das mulheres nos empregos gerados por tecnologias realmente limpas e nos processos de tomada de decisão dos projetos ecológicos (PULEO, 2020, p. 40).

Avançar no debate que articula diferentes conceitos é essencial para compreender a realidade das mulheres latino-americanas que constroem a agroecologia em seus territórios diariamente. E a (re)constituição dessa história está totalmente relacionada com a história de luta e resistência das mulheres (BARBOSA, 2019).

Os primeiros textos que reivindicam olhar sobre as mulheres surgem no período de redemocratização do país. A antropóloga Maria Emília Pacheco, foi uma das primeiras autoras na década de 1990 a tratar desta temática apontando a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura e reivindica o reconhecimento de sujeitas sociais pela importância na construção de conhecimentos com um vasto saber sobre ecossistemas e suas complexidades.

As mulheres representam metade da população mundial, desse montante não estão representadas apenas as trabalhadoras urbanas, mas também agricultoras, criadoras de animais, pescadoras, marisqueiras, extrativistas, agrônomas, quebradeiras de coco, cujos saberes e trabalho cumprem papel fundamental na alimentação e na preservação dos sistemas agroalimentares tradicionais, particularmente nos países em desenvolvimento. A FAO/ONU (Food Agriculture Organization) alega reconhecer a importância da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres rurais afirmando que na América Latina e Caribe, elas são responsáveis por no mínimo 45% da produção de alimentos. Paradoxalmente, compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e sujeitas ao drama da fome e desnutrição (PACHECO, 2009; FAO;2018).

A luta pela equidade no reconhecimento do seu valor, pelo acesso aos recursos produtivos, pela autonomia econômica, pelo respeito, pelos direitos reprodutivos, por acesso aos recursos públicos está imbricada com as questões do ser mulher. Assim expressa outra face de violência, tanto do modelo de produção capitalista que as oprime enquanto trabalhadoras, quanto da opressão patriarcal na divisão sexual do trabalho e em suas vidas privadas onde são violentadas de diferentes maneiras (PACHECO, 2009).

Na América Latina essa grande fatia da classe trabalhadora explorada e invisibilizada tem cor, são mulheres pretas, pardas, indígenas entre outras não brancas racializadas por uma das

estruturas do capitalismo, mas que faz parte da lógica da racionalidade ocidental: o racismo. Segundo dados do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2016, as mulheres brancas recebem 70% a mais que as mulheres negras (IPEA,2016).

Segundo Calaça (2018) a fundação do capitalismo está imbricada nas questões étnico raciais, uma vez que para o desenvolvimento industrial do século XVI na Europa foi utilizada além da espoliação do trabalho reprodutivo das mulheres a exploração dos recursos naturais e mão de obra escrava dos países periféricos. A perpetuação dessa lógica de sistema mundo na qual a América Latina faz parte dos países do Sul Global garante a manutenção das desigualdades impossibilitando o nosso desenvolvimento econômico. Para a autora Lélia Gonzalez (2020), esse é o papel que o Brasil cumpre no sistema hegemônico com a racionalidade ocidental capitalista, racista e patriarcal.

Silva Federice (2017) entende que avançar na compreensão dos entroncamentos de sistemas de exploração nos ajuda a avançar na caracterização de como o capitalismo se organiza e na proposição de caminhos para superá-lo. Para a autora, um aspecto importante desse resgate é sobre conhecer a história que corre o risco de ser apagada, “preservar essa memória é crucial se quisermos encontrar uma alternativa ao capitalismo, pois essa possibilidade dependerá de nossa capacidade de ouvir as vozes daqueles que percorreram caminhos semelhantes” (p. 22).

Conhecer mais sobre as outras matrizes que nos constituíram para além da europeia é saber das opressões que as mulheres ainda sofrem, mas também sobre as bonitezas das diferentes cosmovisões que ainda resistem. As matrizes que compuseram a América Latina como indígenas e africanas, muitas vezes se depararam com conceitos agroecológicos em espaços acadêmicos ou políticos do movimento e reconhecem que os praticam há gerações em suas comunidades. Essas outras cosmovisões de mundo ainda persistem, e as mulheres são protagonistas nessas práticas que são carregadas de solidariedade, cuidado e respeito, seja com outros humanos ou não humanos da natureza, que não é vista de forma dissociada.

Um exemplo é o caso do Zapatismo, movimento mexicano de composição heterogênea, formado pelas etnias maias falantes das línguas *tojolabal*, *tzotzil*, *tseltal* e *ch'ol*. A luta é intrínseca a cosmovisão maia, que confere outros sentidos ao ser, estar, pensar o mundo e a si mesmos no mundo, ou seja, uma dimensão epistêmica que orienta a base do pensamento e da vida sócio-comunitária que lhe permite tanto problematizar a realidade sociocultural e política em perspectiva

histórica, como decifrá-la a partir dos referentes da memória história da resistência, das experiências e dos saberes construídos milenarmente (BARBOSA, 2019).

Outra matriz que compõe a cultura latino americana é a africana. Para alguns desses povos tudo está dentro da criação, e esta é a manifestação de incontáveis formas de vida e todas estão interligadas. As pessoas não são externas à natureza, pois a natureza é parte da vida, e portanto, parte de cada indivíduo. O conceito ocidental de natureza traz uma dicotomia entre as pessoas e o restante da vida, ao contrário do pensamento dos povos africanos (TEDLA, 1995).

Neste trabalho iremos desenvolver alguns conceitos para dar uma configuração histórica das opressões das mulheres. O patriarcado enquanto sistema de exploração da reprodução social e acumulação primitiva, a racionalidade ocidental como originária e reprodutora histórica do racismo e a relação com capitalismo e antropocentrismo que utilizam da natureza e os corpos das mulheres sobretudo racializadas para a manutenção das classes dominantes.

1) CAPITALISMO, PATRIARCADO E RACISMO E A LUTA DAS MULHERES

Segundo a pesquisadora Sonia Stella Araújo-Olivera (2014), baseada na teoria da dependência da CEPAL e de Dussel sobre a exploração, domínio e alienação sobre o Outro que o desloca de seu próprio centro tornando-se propriedade do centro dominador, seja o homem, um adulto ou países desenvolvidos:

A exploração ou domínio sobre o Outro é estabelecida mediante diferentes mecanismos (manipulação, ocultação, desqualificação, inferiorização, entre outras) que a fazem possível; estruturas legais se apresentam objetivas, assim legitimadas assumem caráter de normalidade inquestionável, imutável, conformando o naturalizado em regime de verdade que, na visão ingênua do oprimido, aparece como fatalidade (ARAÚJO-OLIVERA, 2014, p. 81).

Entre as décadas de 1970 e 1980, a Revolução Verde materializa a modernização do campo. A modernidade perpetua a relação de dependência dos países do Norte Global sobre o Sul colocando os países do Sul como produtores de *commodities* com a implementação do pacote tecnológico. Os agrônomos e outros profissionais ignoraram por décadas as racionalidades dos agricultores tradicionais e impuseram práticas e tecnologias que intervieram na integridade das comunidades. A Agroecologia busca desvelar a cegueira da modernidade e visibilizar a memória dos povos originários, tradicionais e seus modos de vida, pois ali está boa parte da chave para compreender as crises que vivemos. Afinal, essa memória do trabalho dos povos tradicionais e originários revela como as sociedades humanas sobreviveram e co-evoluíram com os ecossistemas

e vem sendo mantida há 7 mil anos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015; MIES; SHIVA, 1993).

A fundação e perpetuação do capitalismo está imbricada nas questões étnico raciais, uma vez que o desenvolvimento industrial europeu foi baseado principalmente em dois elementos: comércio de pessoas sequestradas proveniente da África e a expropriação dos recursos naturais dos países periféricos. Essa racionalidade com profundas raízes históricas também se fundamenta nas relações patriarcais cultivadas, impondo uma organização sociocultural e político econômica orientada pelo masculino, caucasiano, heterossexual de classes dominantes calcada no mito da superioridade branca (CALAÇA, 2018).

Puleo (2020) reitera que a dominação dos corpos das mulheres pela violência do capital e pela violação colonial se fundamenta na lógica dual cristã corpo e espírito, impondo domesticação dos corpos para salvar os espíritos. “As divisões sexual e racista do trabalho se articulam no disciplinamento dos corpos das mulheres para o trabalho”. Essa visão sob a lógica racista é resultado do processo histórico de relações de poder e exploração de países, culturas e seres considerados inferiores, passíveis de desqualificação e aniquilamento aprofundando os abismos sociais.

Silvia Federici (2020) alega que essa invisibilização do trabalho das mulheres é a forma que o capitalismo usa para não as remunerar. A acumulação de capital é fruto da exploração da natureza e das mulheres. A reprodução social humana é enrustida de afeto, garantindo o não pagamento pelo cuidado doméstico e das crianças, que tornarão força de trabalho. Essa é uma das principais formas de espoliação dos corpos das mulheres, que é reforçada pela ideologia da família tradicional heteronormativa.

A lógica do sistema, embora nem sempre seja de forma intencional, gera assimetria no exercício do poder estabelecendo relações de subordinação, cria desigualdades, exerce violência, produz injustiça, gera negação do ser; inventa o *Outro*, como o diferente do *mesmo*. O outro, como explicitado pela filosofia da libertação latino-americana, é sempre uma comunidade; essa comunidade de vítima poder ser das mulheres que tomaram consciência do machismo, dos grupos de negros e negras que no nosso continente lutam contra a discriminação racial, um grupo de pessoas tidas como marginais que lutam contra a exclusão urbana, entre outros (ARAÚJO-OLIVERA, 2014, p. 76).

Para Lélia Gonzalez (2011) defensora de um feminismo afrolatinoamericano é fundamental entender a sofisticação do racismo latino americano. Há ainda outros mecanismos ideológicos

usados para garantir a exploração das classes subordinadas e com o mito da superioridade branca promove o desejo de embranquecer com a negação da própria história.

Soma-se o discurso conservador crescente na América Latina converge com as políticas econômicas neoliberais. Essa questão é denunciada por movimentos feministas por promoverem o modelo heteronormativo de família que garante a reprodução social anulando a existência de mulheres lésbicas ou trans. No entanto há outras racionalidades que compreendem família, comunidade e a divisão social do trabalho de forma diferente, onde a comunidade (pessoas e territórios) são espaços de cuidado coletivo. São outras lógicas de convivências que quilombos, periferias e comunidades indígenas vivenciam e têm sido protagonizadas por lideranças femininas.

2) LUTA DAS MULHERES E POR SEUS TERRITÓRIOS

Como visto a luta das mulheres é indissociada da luta pelos seus territórios, para essas mulheres, a luta pela defesa da terra está relacionada diretamente à defesa de seus corpos. Práticas e métodos alternativos aos pacotes tecnológicos modernos, tais como propagação das sementes crioulas, a adubação orgânica, as plantas medicinais e os métodos naturais de controle de pragas são práticas muito comuns encontradas em territórios de comunidades tradicionais e originárias. Em 2020, o lema da Marcha das Mulheres Indígenas foi “Território: nosso corpo, nosso espírito” com a participação de mais de 2 mil mulheres de 113 povos (APIB, 2020). A reivindicação de demarcação de terras não é um espaço da superfície, mas de sua história, rios, animais, flora que resulta nas maiores áreas de preservação ambiental e também de conflitos agrários (OVIEDO, 2018).

Se para as feministas urbanas essa questão é de cunho preservacionista, relacionada com discussões como as mudanças climáticas, para as mulheres rurais essa luta é uma questão material. São elas que sofrem diretamente com o agronegócio em seus territórios, sendo impedidas de acessar água, com rios de seus territórios cedidos para uso exclusivo de cultivos de monocultura ou vêm suas terras ameaçadas com o avanço da pecuária sobre as florestas. As mulheres rurais, do campo e da floresta resistem contra esses distúrbios ambientais em suas localidades com seus próprios corpos, assim a luta feminista por direitos pessoais se funde com a questões ambientais, e quando não são invisibilizadas são cooptadas por outros corpos legitimados historicamente (PULEO, 2012).

O ecofeminismo também é formado por mulheres que não se identificam com uma visão essencialista que responsabiliza as mulheres pelo cuidado com a

natureza. São mulheres sujeitos ativos do movimento ecológico, que inclusive contribuíram para a ampliação de sua agenda. Mulheres do sul e norte global que atuam na crítica à medicalização do corpo, à militarização, às armas e energia nuclear, em resistência às mineradoras e aos transgênicos (Puleo, 2012, p. 39).

Historicamente a invisibilização fez parte da perspectiva eurocêntrica que buscou trazer benefícios para as sociedades ocidentais, desvalorizando as sociedades tradicionais africanas e legitimando a expansão colonial, suprimindo culturalmente e politicamente. No pensamento africano, as ciências não são divididas, mas se entrelaçam. A comunidade está no cerne da vida, e a comunidade significa uma fusão completa, no qual o coletivo está em uma relação orgânica entre os membros. No pensamento ocidental, a comunidade pode ser interpretada como uma soma ou uma associação de indivíduos. Tornar-se uma pessoa, segundo o pensamento tradicional africano significa poder cuidar dos outros de sua comunidade, assegurando assim, que ela seja como uma “rede de segurança”. Assim, a comunidade existe para manter a harmonia, o equilíbrio, a ordem e a justiça (TEDLA, 1995).

A reprodução da lógica dominante de pensamento usa o discurso de universalização de modos, comportamentos, pensamentos, ações baseadas na experiência hegemônica dominante. Para Lugones (2007) o sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero ignora as categorias de raça e classe em sua constituição. Assim, existem os humanos; o homem branco, no qual detém razão e inteligência; a mulher branca, reprodutora da dominação colonial e da racionalidade dominante; e os não-humanos, os bestializados, como os povos originários. No caso das mulheres indígenas e as negras não estão representadas nem na categoria de mulher.

Para Vivian Delfino(2020) a interseccionalidade de conceitos é necessária para uma compreensão mais avançada das diversas violências que as mulheres sofrem na perpetuação das lógicas de opressão. A cada marcador social coloca as mulheres como a cor, origem ou etnia abaixo da pirâmide e a tornará ainda mais vulnerável, ao ponto de não ser nem contabilizada como ser humano.

[...] o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas (GONZALES, 2020, p.5).

Para Delfino (2020) a agroecologia está comprometida com a luta de classes e com combate às desigualdades de gênero, no entanto precisa ir além do reconhecimento do racismo, mas se comprometer em ter uma ação antirracista. Sobretudo porque muitos conhecimentos ditos agroecológicos foram desenvolvidos pelos saberes ancestrais das mulheres não-brancas e não possui reconhecimento nem visibilização.

3) A LÓGICA DO ANTROPOCENTRISMO E A DESTRUIÇÃO DA NATUREZA

Para Michela Calaça (2018) o modo de exploração dos recursos naturais da Revolução Verde e todas as atrocidades que ela causa estão diretamente relacionadas com a lógica patriarcal.

O sistema de produção baseado na Revolução Verde é majoritariamente feito por homens e para homens, pois sua lógica comercial, baseada no lucro de corporações, não consegue perceber a importância das estratégias produtivas desenvolvidas pelas mulheres (CALAÇA, 2018, p.1163).

A luta ambiental se relaciona concretamente com a prática de cuidado exercida predominantemente pelas mulheres. Não por uma questão biológica, mas concreta, as mulheres estão marginalizadas em grande parte do mundo e muitas em conflito direto com o “desenvolvimento” capital. São confrontos diários com o desmatamento, garimpo, grileiros, posseiros e grandes corporações que os povos do campo e da floresta enfrentam com seus corpos contra a lógica utilitarista da natureza pertencente ao pensamento ocidental.

O desafio para o feminismo é não isolar nossas lutas por autonomia e autodeterminação dos corpos das demais. As mulheres latino-americanas, especialmente indígenas, ao colocar seus corpos nas lutas contra a expansão do capital sobre seus territórios – barrando projetos de hidrelétricas, mineração ou o agronegócio –, construíram uma síntese política importante: os corpos são o primeiro território a ser defendido. Em luta, afirmam que somos nosso corpo e somos natureza (NOBRE; MORENO, 2020, p.42)

Essa relação das mulheres com a questão ambiental inicia um campo de debate amplo sobre o manejo ecológico e que reconhece o papel fundamental na conservação e uso da biodiversidade na proteção dos territórios sendo habitats preservados com variedades de espécies de sementes crioulas.

Tal argumento de defesa da importância das mulheres na agroecologia combinava os postulados feministas do empoderamento das mulheres com os conceitos de co-evolução dos sistemas sociais e ecológicos, especificando o papel das mulheres na construção dos conhecimentos, ou seja, reivindicando o papel de sujeitos

sociais para as mulheres: as mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos (PACHECO, 2002, p. 20).

David Pérez Neira e Marta Soler (2013) afirmam que existem três vieses que compõem o pensamento ocidental: o antropocentrismo, o etnocentrismo e o androcentrismo. Nessa racionalidade, há uma concepção utilitarista e instrumental da natureza e sua existência tem o único sentido de servir aos caprichos e exigências da humanidade.

O antropocentrismo parte da cosmovisão da modernidade, no qual legitima a capacidade humana para dominar a natureza. Para o pensamento moderno antropocêntrico, a natureza é considerada alienada e inferior à humanidade. Assim, perde-se a empatia, a simpatia e a compaixão pelo não-humano, rompendo com os limites éticos para a destruição da natureza e dos animais. Com base nessa compreensão utilitarista da natureza visando suprir as necessidades humanas a alimentação cotidiana sofreu transformações e se desenvolveu às custas da destruição dos agroecossistemas e da superexploração dos animais. A origem e produção dos alimentos se tornaram estranhas aos seres humanos, “para alimentarnos acudimos a supermercados y restaurantes donde se consumen alimentos exóticos, enlatados, congelados, precocinados... que han recorrido largas distancias y de los que se ignora quién, dónde y cómo han sido producidos y elaborados” (PÉREZ NEIRA; SOLER, 2013, p. 104).

Além do desconhecimento da origem dos alimentos, a lógica androcêntrica desvaloriza e invisibiliza os trabalhos domésticos, sobretudo aqueles relacionados à alimentação, sendo eles considerados femininos e realizados majoritariamente por mulheres. Na divisão patriarcal do trabalho, somente os trabalhos considerados produtivos devem ser remunerados, enquanto os trabalhos improdutivos como os relacionados às tarefas domésticas não são dignos de remuneração, entretanto, a alimentação está para além da produtividade capitalista, ela é fundamental para a sustentação da vida. Essa reprodução de dominação patriarcal e antropocêntrica tem se refletido até mesmo em uma pressão cultural para abandonar e/ou industrializar a alimentação doméstica. Precisamos avançarmos na reflexão sobre modos de alimentação que não reproduzam relações de dominação e exploração (PÉREZ NEIRA, SOLER, 2013).

Para Djacira Maria Oliveira de Araujo(2020) há uma ponderação que o movimento feminista campesino faz no qual o trabalho doméstico é ainda mais desvalorizado quando feito pelas camponesas. Isso implica no baixo preço dos produtos e na baixa renda obtida pelos

camponeses e camponesas pelos frutos do seu trabalho. Assim é possível perceber sobreposições e somatórias que o antropocentrismo, capitalismo e patriarcado causam na sociedade e na vida das mulheres. A visão antropocêntrica altera o modo como nos relacionamos com a natureza e a alimentação. Se são as mulheres que, por uma questão histórica, cuidam dessa tarefa, o impacto é direto, na saúde, no trabalho, na visibilização e na própria existência. O capitalismo regido pela racionalidade ocidental determina a destruição das culturas dos países do Sul Global para a manutenção das classes dominantes. As consequências dessas lógicas impactam a vida das mulheres de forma diferente. Mesmo nos países periféricos esses impactos atingem de diferentes formas as vidas das mulheres conforme sua cor, classe, etnia.

Compreender essas diferenças ajuda na leitura das distintas realidades das mulheres, suas comunidades e seus territórios, mas para algumas autoras é fundamental distinguir os sistemas estruturantes do capitalismo que é o racismo e patriarcado. Para Saffioti (2013) há uma indissociabilidade da leitura de classe, gênero e raça e também para a impossibilidade de separar os problemas locais e cotidianos das relações de dependência e subordinação dos países de capitalismo periférico ao capitalismo imperialista.

CONSIDERAÇÕES

Esse ensaio tratou de alguns conceitos que fundamentam as opressões que as mulheres latino-americanas vivenciam. Sendo o patriarcado e racismo pilares estruturantes do sistema capitalista. Baseados na lógica de manutenção de poder eles reproduzem outras opressões. Esse esforço que as mulheres do campo da agroecologia têm feito para discutir diferentes conceitos e relacioná-los contribui no resgate de como esses sistemas violentam historicamente as mulheres, mas de diferentes formas.

A reprodução dessas opressões são frutos da perspectiva ocidental eurocêntrica que busca a manutenção de privilégios para as sociedades ocidentais e seus descendentes. Desvalorizando e desqualificando outras sociedades, suprimindo-as culturalmente e politicamente. Reconhecer que podemos evidenciar outras lógicas como das sociedades indígenas ou africanas onde as ciências não são divididas, mas se entrelaçam e a vida da comunidade está no centro é conceber que existem

sementes da transformação. Compreender as diferenças é avançar no entendimento da sociedade, são principalmente com os movimentos sociais das mulheres indígenas, quilombolas e do campo que podemos aprender sobre outras visões de mundo que não reproduzem a lógica opressora do sistema hegemônico.

Essas mulheres (entre outras coisas) lutam pelos seus próprios direitos, mas não são dissociadas das lutas em defesa de seus territórios. No entanto, não há esse reconhecimento. A discussão das questões entre o patriarcado, racismo e o antropocentrismo ajuda a entender o porquê dessa luta e da sua invisibilização. Apesar desses conceitos terem o potencial de compreender com mais criticidade e profundidade o olhar fragmentado, pode não desvelar a realidade concreta e desviar para o apontamento de caminhos errôneos que não visem a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO-OLIVERA, Sônia Stella. Exterioridade: o outro como critério IN: OLIVEIRA, Maria W., SOUSA, Fabiana R. (orgs.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em Educação. São Carlos, EDuFSCar, 2014, p. 47-112.

APIB. Mulheres indígenas: o sagrado da existência e a cura da terra. **Articulação dos Povos Indígenas no Brasil**. 20 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/2726/1/Articula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20do%20Brasil%20-%202020%20-%20Mulheres%20ind%C3%ADgenas%20o%20sagrado%20da%20exist%C3%ADncia%20e%20a%20cu.pdf>.

Acesso em 14 abril de 2021.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 197-231, 2019.

BATISTA, Andrea Francine. **Movimento camponês e consciência de classe**: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina / tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2019.

DOS SANTOS CALAÇA, Michela Katuscia Alves; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018.

Dia das Mulheres Rurais - agentes essenciais no desenvolvimento da sociedade. **FAO no Brasil**. 15 de out 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1157560/>> Acesso em 31 mai de 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

OLIVEIRA ARAÚJO, Djacira Maria. Feminismo Camponês e Popular: Caminhos para uma nova sociabilidade. *Revista Linguagem em (Re)vista*, vol. 15, n. 30, ago./dez. Niterói, 2020.

OVIEDO, Antônio. **Demarcação de terras indígenas é decisiva para conter o desmatamento e regular o clima**. Instituto SocioAmbiental. 30 de jan 2018. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/a-demarcacao-das-terras-indigenas-e-decisiva-para-conter-o-desmatamento-e-manter-funcoes-climaticas-essenciais>>.

Acesso em 14 abril 2021.

PACHECO, Maria Emília Lisboa Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**. Experiências em Agroecologia, v. 6, n. 4, p.35, 2009.

_____. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. GT Gênero– Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, p. 153, 2002.

PULEO, Alicia. Anjos do ecossistema? In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). **Análises feministas: outro olhar sobre economia e ecologia**. São Paulo: SOF, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. A mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013.

TEDLA, Eleni. Indigenous African Thought In:_____. **Sankofa, african thoughts**. New York: Peter Lang, 1995, p. 11-41.